

1/1986/011/2009

P

PELISSARI
ADVOGADOSÀ CÂMARA NORMATIVA E RECURSAL DO CONSELHO DE POLÍTICA
AMBIENTAL DO ESTADO DE MINAS GERAIS - CNR/COPAM

Auto de Infração nº 58732/2007
 Processo COPAM/PA nº 01/1986/011/2009



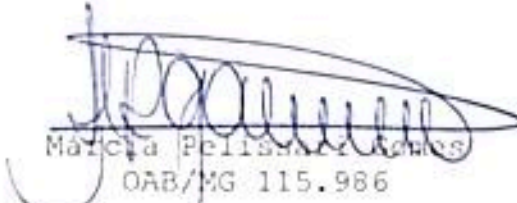
CURTUME ATALAIA LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 21.384.979/0001-19, recebendo citações e intimações na Rodovia Fernão Dias, Km697, Distrito Industrial, Três Corações/MG, CEP 37.410-000, neste ato representada pelo sócio proprietário **NAYLOR ANDRADE VILELA**, brasileiro, casado, industrial, RG nº M-4.439.699, CPF nº 693.825.656-04, por sua advogada infra assinada, inconformada, concessa venia, com a decisão da FEAM que examinando o processo em epígrafe aplicou penalidade decorrente do Auto de Infração nº 58732/2007, vem, tempestivamente, apresentar seu

RECURSO

À Câmara Normativa e Recursal do COPAM, pelas razões de fato e de direito a seguir expostas.

Termos em que pede deferimento.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2014.


 Mariana Pelissari Ramos
 OAB/MG 115.986



DAICP

RAZÕES DA DEFESA

1. Sinopse do ocorrido

O recurso do autuado foi julgado improcedente, mantendo-se a cominação anteriormente determinada, baseado no parecer jurídico, que entendeu, em apertada síntese, (I) que não há nulidade ou vício no auto de infração; (II) que não ocorreu prescrição; (III) que a administração pode rever os próprios atos, portanto, entende ser possível majorar a multa em qualquer momento do processo administrativo; (IV) que houve descumprimento de condicionantes a justificar a sanção aplicada; (V) que não é cabível o pedido de conversão de multa formulado, por entender que não há provas da reparação do dano.

Data venia, o parecer de fls. 57-59, utilizado para embasar o *decisum* não fez a correta exegese da lei e dos fatos ao caso concreto, conforme abaixo será comprovado.

2. Impossibilidade de revisão do ato após o período prescricional - princípio da segurança jurídica - regra da prescritibilidade - posição majoritária STJ

É certo que a teor da Súmula 473, a Administração Pública pode anular os próprios atos, quando eivados de vícios, entretanto, tal direito não é absoluto, nem pode ser exercido quando em confronto com outros princípios ou com a própria legislação, como é o caso dos autos.

O Direito Administrativo, tal como os demais ramos, está limitado aos preceitos e princípios constitucionais, pautando-se, prioritariamente, pela aplicação do Princípio da Legalidade.

A aplicação de sanções no âmbito administrativo visa atender ao interesse público sem, contudo, atingir, direta ou indiretamente, os direitos e garantias individuais.

Nesse sentido, Hely Lopes Meirelles, ensina que:

"processo é o conjunto de atos coordenados para a obtenção de decisão sobre uma controvérsia no âmbito judicial ou administrativo"(...) não há processo sem procedimento, mas há procedimentos administrativos que não constituem processo (...) O que caracteriza o processo é o

Handwritten signature



P

PELISSARI
ADVOGADOS

administrativo da autoridade inferior **tenha sido praticado em desconformidade com a lei, conclusão extraída mediante critérios objetivos.** (...). (José dos Santos Carvalho Filho. "Manual de Direito Administrativo - 24 Ed. - 2011." iBooks. <https://itunes.apple.com/WebObjects/MZStore.woa/wa/viewBook?id=77728EE5EAD94D32FB2F0B6717F634EF>)

Aliada ao acima aventado há o inegável fato de ter havido prescrição intercorrente. O parecer jurídico utilizado para embasar a condenação aduziu que não se aplica a prescrição intercorrente no âmbito administrativo estadual por ausência de previsão legal.

Novamente, sem razão.

Em situação de semelhante jaez a questão foi magistralmente esclarecida nos autos do REsp 645.856, constando no corpo do acórdão como premissa que

"não pode o administrado ficar sujeito indefinidamente ao poder de autotutela do Estado, sob pena de desestabilizar um dos pilares mestres do Estado Democrático de Direito, qual seja, o princípio da segurança das relações jurídicas. Assim, no ordenamento jurídico brasileiro, a prescritibilidade é a regra, e a imprescritibilidade exceção."

Em apoio a essa posição, é citada lição de Celso Antônio Bandeira de Mello:

"Isto posto, estamos em que, faltando regra específica que disponha de modo diverso, ressalvada a hipótese de comprovada má-fé em uma, outra ou em ambas as partes de relação jurídica que envolva atos ampliativos de direito dos administrados (...) (MELLO, Celso Antônio Bandeira de. Curso de Direito Administrativo. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2003. p. 906-907.)

No mesmo sentido, é trazido o pensamento de Hely Lopes Meirelles:

"Mas, mesmo na falta de lei fixadora do prazo prescricional, não pode o servidor público ou o

PK



P
PELISSARI
ADVOGADOS

particular ficar perpetuamente sujeito a sanção administrativa por ato ou fato praticado há muito tempo. À esse propósito, o STF já decidiu que 'a regra é a prescritibilidade'. (MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito Administrativo brasileiro*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2002. p. 650)

E conclui o supracitado acórdão do STJ: "**Nessa toada, não merece reparos a decisão proferida pelo Tribunal a quo ao estabelecer o prazo decadencial de cinco anos para a Autarquia rever seus atos, em aplicação analógica da Lei n. 9.784/99**". (destacou-se).

Destarte vê-se que a tese fixada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp 645.856 impõe reconhecer, como inerente ao nosso Direito, prazo máximo para que a Administração anule seus atos, pois, na falta de lei específica de cada ente da federação, aplica-se, por analogia, o prazo fixado na Lei n. 9.784/99.

Nesse sentido o pacífico entendimento do STJ, verbis:

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. LEI 9.784/99. ADMINISTRAÇÃO ESTADUAL. APLICAÇÃO. ANULAÇÃO DE ATO ILEGAL PELA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL. DECADÊNCIA. NÃO-OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. O Superior Tribunal de Justiça possui entendimento firmado no sentido de que o prazo decadencial de 5 (cinco) anos para a Administração rever seus atos, nos termos da Lei 9.784/99, deve ser aplicado no âmbito estadual, quando ausente norma específica.

[...] omissis

(REsp 610464 / DF RECURSO ESPECIAL 2003/0218688-0, Relator(a) Ministro ARNALDO ESTEVES LIMA (1128), Órgão Julgador T5 - QUINTA TURMA, Data do Julgamento 01/03/2007, Data da Publicação/Fonte DJ 19/03/2007 p. 381) (destacou-se)

ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. PENSÃO POR MORTE. FILHA SOLTEIRA MAIOR DE 21 ANOS. DECADÊNCIA ADMINISTRATIVA. APLICAÇÃO

HA



P
**PELISSARI
ADVOGADOS**

suspensão das atividades (fl. 09), portanto o caso é de aplicação do inciso I, do artigo 86, do Decreto 44.309/2006.

Em controle de legalidade do auto a FEAM alterou o auto de infração nos termos do artigo 81 e 82 do Decreto 44.844/2008.

Ocorre que citados artigos não são aplicáveis ao caso em comento, vez que sua publicação é posterior a aplicação da sanção (o Decreto é de 2008 e a sanção foi aplicada em 2007).

Ainda, que se entendesse aplicável o Decreto 44.844/2008, o que se faz apenas para argumentar, se questiona: em qual artigo, inciso, alínea foi incurso o recorrente para que se chegasse ao valor da multa de R\$20.001,00?

Ora os artigos 81 e 82 do Decreto 44.844/2008 citados no comunicado de majoração da multa de fl. 21 dizem respeito apenas a possibilidade de revisão do auto de infração e necessidade de reabertura de prazo para apresentação de defesa.

Se a autoridade autuante entende incorreta a capitulação da conduta da recorrente, não sendo aplicável o artigo 61, I, letra b, do Decreto 44.309/2006, deveria ter citado qual o novo enquadramento legal que entende cabível, o que não foi feito no presente caso.

Tal fato impede totalmente o exercício do contraditório e da ampla defesa, pois, tendo a autoridade autuante expressa e literalmente refutado a capitulação anterior (art. 61, I "b", do Decreto 44.309/2006) e não tendo indicado a nova capitulação, tornou ao recorrente impossível a defesa, pois, não sabe em qual lei ou artigo sua conduta está capitulada.

O artigo 31 do Decreto 44.844/2008 é claro ao determinar:

Art. 31. Verificada a ocorrência de infração à legislação ambiental ou de recursos hídricos, será lavrado auto de infração, em três vias, destinando-se a primeira ao autuado e as demais à formação de processo administrativo, devendo o instrumento conter:

I - nome ou razão social do autuado, com o respectivo endereço;

II - fato constitutivo da infração;

III - disposição legal ou regulamentar em que fundamenta a autuação;

100



PELISSARI
ADVOGADOS

4. Pedido de conversão da multa - amparo legal -
preenchimento dos requisitos - possibilidade

O pedido de conversão da multa em penalidade simples foi indeferido ao fundamento de que não restou demonstrada a reparação do dano.

Tal alegação não merece prosperar, pois, a licença ambiental de fl.47 demonstra a situação regular da empresa, portanto, não encontra amparo a alegação constante do parecer jurídico de que não há prova da reparação do dano, também basta uma leitura do Auto de Infração para que se observe a inexistência de dano.

Assim preenchidos os requisitos legais, requer seja dado provimento ao presente recurso para que sejam aplicadas as atenuantes previstas no art. 68 do Decreto 44.844/2008.

5. Conclusão

Com tais expeditos, rogando vênias, requer o
recorrente, sejam as alegações constantes desta defesa
acolhidas, declarando-se a prescrição, nos termos acima,
determinando-se o arquivamento do Auto de Infração nº
058732/2007.

Caso este d. Órgão Ambiental entenda de forma diversa, o que se admite apenas para argumentar, requer, alternativamente:

- a) Seja reconhecida a ausência de motivação do ato praticado, sendo determinada a descaracterização, ante a ausência de capitulação da infração e o consequente arquivamento;
- b) Seja considerado nulo o ofício nº 950/2013 (fl. 21), pelos fatos e fundamentos acima explanados, determinando-se seu arquivamento.
- c) Caso não sejam acolhidas as hipóteses acima, requer a aplicação das atenuantes previstas no art. 68 do Decreto 44.844/2008, alienas "a", "c", "e".

Nestes termos pede e aguarda deferimento.

Belo Horizonte, 20 de outubro de 2014.

Matéria: 11135411 Gomes
OAB/MG 115.986

